das infra-estruturas rodoviárias, tendo a sua criação contrapartida na redução do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos de forma a assegurar tal neutralidade.

5 — Incumbir o Ministro de Estado e das Finanças e o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações da adopção imediata das medidas necessárias à implementação dos princípios enunciados na presente resolução, procedendo à apresentação das iniciativas com vista, designadamente, a:

a) Rever o Plano Rodoviário Nacional e as correspondentes implicações no respectivo plano de investimentos e financiamento;

b) Implementar o modelo de regulação na sequência da recente criação do InIR, I. P.;

c) Apresentar um projecto de decreto-lei de transformação da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., em EP — Estradas de Portugal, S. A.;

d) Apresentar uma proposta de bases da concessão a constituir sobre a rede rodoviária nacional;

e) Apresentar uma proposta de minuta de contrato de concessão a outorgar com a EP — Estradas de Portugal, S. A.;

f) Implementar a Contribuição de Serviço Rodoviário;

g) Proceder à negociação das actuais concessões rodoviárias.

6 — Determinar que a presente resolução produz efeitos desde a data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 14 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2007

No presente ano de 2007 concluiu-se uma importante obra de arte rodoviária em Portugal — a ponte e viadutos de acesso que atravessam o rio Tejo e a Lezíria, nos concelhos de Alenquer, Benavente e Vila Franca de Xira, com uma extensão de 11 700 m, iniciada no ano de 2005.

Cumpre-se agora o início do serviço efectivo desta nova estrutura, tendo o Governo, após consulta aos municípios de Alenquer, Benavente e Vila Franca de Xira, escolhido a designação Ponte da Lezíria. Em Portugal, a Lezíria é, desde há muito, uma referência que identifica uma região bem demarcada por uma comunidade urbana, sendo-lhe reconhecido, simultaneamente, um riquíssimo património cultural, paisagístico, arquitectónico e agrícola.

Esta nova ponte representa um compromisso com o desenvolvimento, não somente do concelho onde é erguida mas de toda uma região, pela melhoria da mobilidade e das acessibilidades e enquanto instrumento potenciador de uma diversificação económica que complementa e reforça o actual modelo produtivo da Lezíria.

Atento o exposto, considera-se que a designação da ponte como Ponte da Lezíria é a que melhor se ajusta à realidade humana e geográfica que a mesma atravessa.

Assim, nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Atribuir à nova ponte sobre o rio Tejo, no Carregado, a denominação de Ponte da Lezíria.

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 21 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria n.º 777/2007

de 11 de Julho

Importando dar execução ao acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul de 8 de Fevereiro de 2007, proferido no âmbito do processo n.º 10 667/01, torna-se necessário alterar o quadro de pessoal da Conservatória do Registo Predial do Barreiro, mediante a criação de um lugar de primeiro-ajudante, a extinguir quando vagar.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 50/95, de 16 de Março, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, manda o Governo, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo único

Alteração do quadro de pessoal da Conservatória do Registo Predial do Barreiro

O quadro de pessoal da Conservatória do Registo Predial do Barreiro é acrescido de um lugar de primeiro-ajudante, a extinguir quando vagar.

Pelo Ministro da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*, Secretário de Estado da Justiça, em 27 de Junho de 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 778/2007

de 11 de Julho

Pela Portaria n.º 1039/95, de 25 de Agosto, foi renovada até 13 de Agosto de 2007 a zona de caça associativa da Quinta do Casalinho e anexas (processo n.º 115-DGRF), situada no município de Mafra, concessionada à Associação de Caçadores do Alto da Mina.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no artigo 48.º, em conjugação com o estipulado na alínea a) do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de 12 anos, renováveis, a concessão da zona de caça associativa da Quinta do Casalinho e anexas (processo n.º 115-DGRF), abrangendo vários prédios rústicos sítos na freguesia da Encarnação, município de Mafra, com a área de 209 ha.

2.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 14 de Agosto de 2007.

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*, em 28 de Junho de 2007.